

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.648.021 - RJ (2020/0007534-0)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : FLAVIA SECCO TAVARES DE SOUZA**  
**ADVOGADOS : THIAGO JOVANOVICTH DE CASTRO MONTEIRO - RJ151511**  
**EDUARDO MAURO PRATES - RJ190323**  
**AGRAVADO : UNIÃO**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por FLAVIA SECCO TAVARES DE SOUZA contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, assim resumido:

ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSO SELETIVO PARA INGRESSO NO CORPO DE SAÚDE DA MARINHA DO BRASIL. DESISTÊNCIA DE CANDIDATOS APROVADOS APÓS O TÉRMINO DO PRAZO FIXADO PARA CONVOCAÇÃO DE RESERVAS. NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DAS REGRAS EDITALÍCIAS. VINCULAÇÃO DO CANDIDATO E DA ADMINISTRAÇÃO. PRINCÍPIO DA ISONOMIA.

1. Ao efetuar sua inscrição, o candidato adere às normas previamente estabelecidas pelo edital do certame, que vinculam igualmente a Administração Pública, não sendo admissível conferir-lhe tratamento diferenciado, sob pena de violação aos princípios da isonomia, publicidade e da transparência do concurso público, mormente porque todos os concorrentes se submeteram às mesmas regras do certame.

2. Na hipótese dos autos, conquanto a candidata tenha sido aprovada no concurso para ingresso no Corpo de Saúde da Marinha do Brasil – CP-CSM/2017, na especialidade Anestesiologista, não logrou classificar-se entre o número de vagas ofertadas, permanecendo em lista de reserva; muito embora os candidatos que obtiveram melhor classificação tenham desistido de permanecer no Curso de Formação de Oficiais/2018, com a conseguinte eliminação do certame, referidas desistências somente ocorreram em momento posterior ao término do prazo de validade do concurso público (CP), expressamente previsto no Edital (item 17.12 “o prazo de validade do CP terminará no dia 26 de fevereiro de 2018”) mesma data indicada como “data limite para chamada de candidatos reservas” (Anexo II, item 14), pelo que, em estrita observância ao instrumento convocatório, a Administração Militar não convocou mais nenhum candidato para assumir as vagas não preenchidas, não se vislumbrando, de conseguinte, qualquer ato de ilegalidade perpetrado pela Administração Castrense.

3. Não se sustenta a construção proposta pela Apelante, no sentido de que “o ato administrativo que homologou a inscrição do candidato no Hospital do Andaraí, tornou sem efeito o ato administrativo de inscrição do

candidato na Marinha do Brasil”, evidenciado o exaurimento do prazo para convocação de candidatos que figuravam em lista de reserva quando efetivada a desistência dos candidatos com melhor classificação, entendimento contrário importaria em indesejável flexibilização da regra a todos imposta, afigurando-se desarrazoado pretender tratamento diferenciado perante disposição expressa do edital de regência do certame. Ademais, é defeso ao Judiciário excepcionar as normas consagradas no Edital, as quais são aplicadas a todos os candidatos indistintamente, salvo em hipóteses excepcionalíssimas de violação à legalidade.

4. Apelação da Impetrante desprovida.

Alega a recorrente, pela alínea "a" do permissivo constitucional, violação dos arts. 186 e 187 do CC, sustentando a ocorrência de dano decorrente em inscrição simultânea de outrem em dois concursos públicos promovidos pela União, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Versa o ocorrido, acerca de um candidato que oficializou sua desistência algumas horas após o término do prazo previsto no Edital para encerramento do concurso, contudo, este candidato iniciou atividades profissionais no Hospital do Andaraí (Ministério da Saúde), graças a sua aprovação em outro concurso público, dias antes do término do prazo do concurso da Marinha do Brasil, que é objeto do presente feito.

A desistência deste candidato ocorreu dentro do prazo do concurso e isto está comprovado nos autos (folha 115). O Ministério da Saúde e a Marinha do Brasil (ambos vinculados ao mesmo Ente Público, a União Federal), admitiram inscrições simultâneas, porém, incompatíveis.

Ora, se os concursos públicos eram incompatíveis (os cargos e funções não poderiam ser cumulados), o ato administrativo que homologou a inscrição do candidato no Hospital do Andaraí, tornou sem efeito o ato administrativo de inscrição do candidato na Marinha do Brasil. Desta forma, a oficialização da desistência serviu para dar publicidade a revogação da inscrição no concurso da Marinha do Brasil, que já não mais surtia efeito.

Por isto, o direito da Recorrente não reside na tentativa de relativizar o Edital (de modo algum), mas, na vaga ociosa deflagrada no tempo em que o concurso público estava aberto e que deixou de ser publicada durante o dia 26 de fevereiro (último dia do concurso).

Com base no relato acima, que se comprova nos autos do processo, deve-se, s.m.j., conciliar a sentença e o acórdão com os artigos 186 e 187 do Código Civil e mais, com o princípio constitucional da eficiência da administração pública (CRFB, artigo 37, caput)1?

A Administração Pública, na pessoa do Recorrido, queda negligente acerca dos fatos controversos que perfazem o caso em análise, posto que a inscrição simultânea e impossível em dois concursos públicos promovidos pela União Federal deflagrou a ilicitude administrativa do candidato faltoso e resultou em dano da Recorrente. O ilícito administrativo configurado nas inscrições conflitantes deveria de ofício ser afastado pela Administração Pública, para resguardar o direito da Recorrente (fls. 297/298)

# *Superior Tribunal de Justiça*

É o relatório. Decido.

Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 211/STJ, uma vez que a questão não foi examinada pela Corte de origem, a despeito da oposição de embargos de declaração. Assim, ausente o requisito do prequestionamento.

Nesse sentido: AgRg nos EREsp n. 554.089/MG, relator Ministro Humberto Gomes de Barros, Corte Especial, DJ de 29/8/2005; AgInt no AREsp n. 1.264.021/SP, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 1º/3/2019; e REsp n. 1.771.637/PR, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 4/2/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
Presidente